

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
-------------------------	-----------

## **CAPÍTULO I**

<b>O CONCEITO DE RESTITUIÇÃO POR ILÍCITOS EM ANÁLISE COM- PARATISTA .....</b>	<b>41</b>
1. A restituição por ilícitos na Inglaterra.....	44
1.1. <i>Common law</i> : a pluralidade na unidade.....	44
1.2. O conceito contemporâneo de “damages”.....	47
1.3. A recente trajetória do direito restitutivo na Inglaterra.....	49
1.4. A restituição de ilícitos pela via dos <i>gain-based damages</i> ...	65
1.5. O reconhecimento da restituição por ilícitos na jurisprudên- cia da Inglaterra .....	71
1.6. A tridimensionalidade da restituição por ilícitos na Ingla- terra .....	73
1.6.1. Restituição de ganhos nos “torts” .....	75
1.6.2. Restituição de ganhos ilícitos na “equity” .....	82
1.6.2.1. A violação de deveres fiduciários .....	83
1.6.2.2. A violação da confiança .....	89
1.6.3. Restituição de ganhos ilícitos pela violação do con- trato .....	92
1.7. O Binário de James Edelman: <i>Gain-Based Damages</i> .....	103
1.8. A reformulação da restituição por ilícitos nos Estados Uni- dos.....	113
1.9. A Restituição por Ilícitos na <i>Civil Law</i> .....	120

1.9.1. Noções gerais.....	120
1.9.2. A semântica do enriquecimento injustificado .....	122
1.9.3. O Modelo Alemão do enriquecimento por intervenção.....	129
1.9.3.1. Ato intencional no interesse lucrativo.....	143
1.9.3.2. Violação de deveres fiduciários.....	145
1.9.3.3. Reação à inadequação da compensação.....	146
1.9.3.3.1. Propriedade intelectual e direito da concorrência.....	146
1.9.3.3.2. Direitos da Personalidade.....	149
1.9.4. A restituição por ilícitos na Itália .....	152
1.9.4.1. Panorama geral.....	152
1.9.4.2. Propriedade intangível.....	159
1.9.4.3. A nova jurisprudência Italiana.....	162
1.9.5. Abordagens alternativas - O DCFR e o PETL.....	164
1.9.5.1. Draft Common Frame of Reference.....	164
1.9.5.2. Princípios do Direito Europeu de Responsabilidade Civil.....	166
1.9.6. Conclusão: perspectivas para a restituição por ilícitos .....	169

## CAPÍTULO II

<b>UMA ANÁLISE HISTÓRICA, FILOSÓFICA E PSICOLÓGICA DAS SANÇÕES NÃO COMPENSATÓRIAS .....</b>	<b>173</b>
1. A análise histórica.....	173
1.1. Introdução .....	173
1.2. Do direito romano aos dias atuais.....	175
2. Uma justificativa filosófica das pretensões não compensatórias de danos .....	183
2.1. Introdução .....	183
2.2. Impossibilidade de definição puramente funcional, analítica ou doutrinária das pretensões não compensatórias de danos.....	185
2.3. Um conceito filosófico para as pretensões não compensatórias de danos.....	189

2.4. O fundamento ético da excepcionalidade das pretensões não compensatórias de danos.....	195
2.5. A justiça distributiva como fundamento filosófico das pretensões não compensatórias de danos.....	199
3. O fundamento psicológico da centralidade das pretensões compensatórias de danos.....	205

### **CAPÍTULO III**

<b>A TOPOGRAFIA DA RESTITUIÇÃO PELO LUCRO ILÍCITO .....</b>	<b>213</b>
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	213
1.1. Novos problemas e velhos remédios.....	213
1.2. Do monopólio compensatório à função punitiva.....	217
1.3. Da compensação ao remédio de restituição de lucros ilícitos.....	222
1.4. As duas dimensões da função preventiva da responsabilidade civil.....	227
1.4.1. A função preventiva autônoma.....	230
1.4.2. A função preventiva acessória.....	234
1.5. Distinção estrutural e funcional entre remédios restitutórios e punitivos.....	235
1.6. Os múltiplos indenizatórios.....	250
2. Dois passos para a introdução da restituição por ilícitos no interno da responsabilidade civil.....	257
2.1. Passo: A multicausalidade do remédio restitutivo.....	258
2.2. O segundo passo: A restituição por ganhos ilícitos como um gênero.....	269
2.2.1. <i>Disgorgement</i> - a remoção dos lucros ilícitos.....	271
2.2.2. <i>Restitutionary damages</i> - a devolução dos lucros ilícitos.....	285
3. Os equivalentes funcionais.....	296
3.1. O enriquecimento injustificado.....	297
3.1.1. Breve origem histórica.....	299
3.1.2. Do “monoenriquecimento” injustificado ao “polienriquecimento” injustificado: reconfigurando fronteiras.....	305
3.1.3. O ilícito e a tutela restitutória.....	319
3.1.3.1. A tutela contra o ilícito.....	320

3.1.3.2.	O modelo fragmentado do CC/2002 e a restituição como tutela contra o ilícito .....	327
3.1.4.	As despesas preventivas - “Preventive damages” .....	341
3.1.5.	<i>Compensatio lucri cum damno</i> - A técnica do desconto.....	348
3.1.6.	A restituição do ilícito por intromissão no direito das coisas - “A tríplice fronteira”.....	356
3.1.6.1.	Intromissão por fruição de coisa alheia.....	358
3.1.6.2.	Intromissão por incorporação e disposição de coisa alheia.....	366
3.1.7.	O enriquecimento por intromissão no <i>leading case</i> do Superior Tribunal de Justiça.....	373
3.1.8.	A insuficiência do enriquecimento injustificado como alternativa à restituição por lucros ilícitos .....	381
3.1.8.1.	Enriquecimento injustificado como fonte obrigacional residual .....	381
3.1.9.	Uma breve análise econômica das espécies de enriquecimento injustificado .....	408
3.1.10.	Os casos especiais: propriedade imaterial e direitos da personalidade .....	414
3.1.10.1.	A restituição como tutela contra o ilícito na propriedade imaterial .....	415
3.1.10.1.1.	A funcionalização da indenização no âmbito da propriedade imaterial .....	415
3.1.10.1.2.	A adoção do <i>disgorgement</i> no direito antitruste.....	423
3.1.10.1.3.	A tutela dos direitos autorais .....	429
3.1.10.1.4.	A tutela dos segredos comerciais... ..	431
3.1.10.2.	A restituição como tutela contra o ilícito nos direitos da personalidade .....	438
3.1.10.3.	“Disgorgement algorítmico”: a gestão automatizada dos ilícitos lucrativos na Internet.. ..	450
3.1.10.3.1.	Introdução .....	450
3.1.10.3.2.	Responsabilidade civil e algoritmos. ..	452
3.1.10.3.3.	Novas nuances concernentes ao <i>disgorgement</i> e à sua (i)licitude quando levado a efeito de modo automatizado .....	460

3.1.10.3.4. O <i>disgorgement</i> algorítmico: reflexões sobre uma nova sistemática para o <i>enforcement</i> obrigacional na Internet.....	471
3.1.11. Síntese: a resignificação do princípio da reparação integral .....	476
3.2. A gestão de negócios imprópria.....	494
3.3. O dano moral.....	505
3.4. O dano moral coletivo e as <i>class actions</i> .....	516
3.4.1. O dano moral coletivo é um dano moral?.....	516
3.4.2. As <i>class actions</i> em uma perspectiva de remoção de ganhos ilícitos - <i>trifle damages, fluid recovery</i> e <i>cy-près</i> .....	534
4. Critérios de quantificação de pretensões de resgate e restituição do lucro ilícito .....	542
<b>SUMÁRIO DE CONCLUSÕES .....</b>	<b>555</b>
<b>POSFÁCIO.....</b>	<b>565</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>569</b>